

Parágrafo único. A entidade interessada deverá, obrigatoriamente, anexar ao formulário de inscrição do Selo Resgata, em formato PDF, a listagem com os nomes dos trabalhadores oriundos do sistema penal, respeitadas as regras de segurança e saúde do trabalho, indicando, individualmente, os dados constantes do Anexo II desta Portaria.

Concessão do Selo Resgata

Art. 7º Atendidos os requisitos e os procedimentos de inscrição dispostos nos arts. 4º, 5º e 6º desta Portaria, as entidades interessadas receberão o Selo Resgata.

Art. 8º A Secretaria Nacional de Políticas Penais poderá entregar o Selo Resgata às entidades interessadas em cerimônia presencial ou por meio eletrônico.

Direito de uso do Selo Resgata

Art. 9º A entidade interessada beneficiada terá o direito de usar o Selo Resgata no decorrer do ciclo em que este lhe for concedido.

Disposições finais

Art. 10. Os casos omissos ou de natureza específica serão resolvidos pela Secretaria Nacional de Políticas Penais.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VELASCO BRANDANI

ANEXO I  
CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA
Publicação de Portaria de Abertura do 5º Ciclo de Concessão	Até 06/09/2023
Inscrições do 5º Ciclo de Concessão	de 06/09/2023 a 31/10/2023
Avaliação das inscrições do 5º Ciclo de Concessão	até 15/11/2023
Publicação da Concessão do 5º Ciclo	até 30/11/2023
Evento de entrega dos Certificados	Data a definir

ANEXO II  
LISTA DE TRABALHADORES

Ordem	Nome completo do trabalhador	CPF (888.888.888-88)	Categoria (regime fechado / regime semi aberto / regime aberto / regime domiciliar / cumpridor de alternativa penal / egresso)	Vínculo de trabalho (CLT/LEP)	Relação de trabalho (horista / diarista / mensalista / produtividade)	Turno de trabalho (manhã / tarde / noite)	Local de trabalho (dentro da unidade prisional / fora da unidade prisional)	Data da contratação (DD/MM/AAAA)	Remuneração (R\$)	Auxílios (R\$)	Principal atividade desenvolvida (de acordo com a CBO)	Unidade Federativa em que labora o trabalhador
1												
2												
3												

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA SENASP/MJSP Nº 533, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Aprova a Norma Técnica referente a Granadas Policiais de emprego na Segurança Pública (NT-Senasp nº 007/2023-1 - Granadas Policiais Explosivas)

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e V do art. 24 do Anexo I do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 5º da Portaria MJSP nº 104, de 13 de março de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aprova a Norma Técnica referente a Granadas Policiais de emprego na Segurança Pública (NT-Senasp nº 007/2023-1 - Granadas Policiais Explosivas).

Art. 2º Para fins de ampla divulgação e transparência ativa, a Norma Técnica de que trata o art. 1º será disponibilizada na página institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no Wikiseg e nos aplicativos atinentes à Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR

PORTARIA SENASP/MJSP Nº 534, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Aprova a Norma Técnica referente a Granadas Policiais de emprego na Segurança Pública (NT-Senasp nº 007/2023-2 - Granadas Policiais Não Explosivas)

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e V do art. 24 do Anexo I do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 5º da Portaria MJSP nº 104, de 13 de março de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aprova a Norma Técnica referente a Granadas Policiais de emprego na Segurança Pública (NT-Senasp nº 007/2023-2 - Granadas Policiais Não Explosivas).

Art. 2º Para fins de ampla divulgação e transparência ativa, a Norma Técnica de que trata o art. 1º será disponibilizada na página institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no Wikiseg e nos aplicativos atinentes à Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR

PORTARIA SENASP/MJSP Nº 535, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Aprova a Norma Técnica referente a Granadas Policiais de emprego na Segurança Pública (NT-Senasp nº 007/2023-3 - Granadas Policiais de Lançamento por Artefato Próprio)

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e V do art. 24 do Anexo I do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 5º da Portaria MJSP nº 104, de 13 de março de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aprova a Norma Técnica referente a Granadas Policiais de emprego na Segurança Pública (NT-Senasp nº 007/2023-3 - Granadas Policiais de Lançamento por Artefato Próprio).

Art. 2º Para fins de ampla divulgação e transparência ativa, a Norma Técnica de que trata o art. 1º será disponibilizada na página institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no Wikiseg e nos aplicativos atinentes à Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO CD/ANPD Nº 8, DE 5 DE SETEMBRO DE 2023

Institui a Política de Governança de Processos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

O CONSELHO DIRETOR DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD), no uso das competências que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 55-C da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, pelo §1º do art. 3º do Anexo I do Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020, pelo inciso I e parágrafo único do art. 51 e pelos artigos 63 a 66 do Regimento Interno da ANPD, aprovado pela Portaria nº 1, de 8 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Fica instituída, na forma do Anexo desta Resolução, a Política de Governança de Processos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), instrumento que estabelece os princípios, as diretrizes, os objetivos, os instrumentos, a estrutura e as responsabilidades relativos à Governança de Processos no âmbito das unidades organizacionais da ANPD.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 02 de outubro de 2023.

WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR  
Diretor-Presidente

ANEXO

POLÍTICA DE GOVERNANÇA DE PROCESSOS DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - ANPD

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Política dispõe sobre os princípios, as diretrizes, os objetivos, os instrumentos, a estrutura e as responsabilidades relativos à Governança de Processos no âmbito das unidades organizacionais da ANPD.

Art. 2º Para os fins desta Política, consideram-se as seguintes definições:

I - accountability: processo em que os dirigentes das empresas e organizações públicas, aos quais se tenham confiado recursos, devem assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas; informar o devido cumprimento a quem lhes delegou essas responsabilidades, e apresentar as ações realizadas aos cidadãos e usuários dos serviços públicos em um espaço de diálogo;

II - alta administração: membros do Conselho Diretor da ANPD, responsáveis pelas decisões de nível estratégico, representando o mais alto nível decisório da Autoridade;

III - arquitetura de processos: prática da gestão de processos que busca criar uma visão sistêmica da organização a partir de um modelo de classificação e organização dos processos da ANPD;

IV - cadeia de valor: representação gráfica dos macroprocessos e processos seguindo uma sequência lógica de execução e apresentados de forma categorizada, sendo um direcionador de mudança institucional, ou seja, uma estrutura de análise interna utilizada como instrumento de gestão para o seu contínuo aperfeiçoamento;

V - ciclo BPM (Business Process Management): sequência de ações contínuas da organização para o gerenciamento de seus processos, com o intuito de assegurar que estejam alinhados com a estratégia organizacional, compreendendo as fases de planejamento, análise, desenho, implementação, gerenciamento do desempenho e refinamento;

VI - cultura de processo: prática institucional em que os processos são conhecidos, acordados, comunicados e visíveis para todo o corpo funcional;

VII - Escritório de Processos: equipe lotada na Secretaria-Geral, responsável por coordenar as iniciativas de governança de processos institucionais, visando a aprimorar os processos e a gerar valor público;

VIII - executor do processo: pessoa designada pelo gestor do processo para acompanhar, opinar e influir ativamente na implementação e na melhoria contínua dos processos;

IX - gerenciamento de processos ou BPM: abordagem metodológica que visa a identificar, desenhar, executar, documentar, monitorar e avaliar processos, automatizados ou não, a fim de alcançar os objetivos estratégicos organizacionais;

X - gestor de processo: pessoa que controla e supervisiona o desempenho do processo, sendo o líder das iniciativas de transformação e melhoria contínua em articulação com o executor do processo e o com o Escritório de Processos;

XI - governança de processos: conjunto de regras, diretrizes e atribuições que visam a padronizar as iniciativas institucionais em gestão de processos e estabelecer responsabilidades por essas ações, a fim de garantir sua coerência com as estratégias e objetivos da organização, agregando valor aos serviços e produtos e evitando multiplicidade de esforços com a mesma finalidade;

XII - macroprocesso: agrupamento de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização ou, ainda, grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização cumpre sua missão, gerando valor para o cidadão/usuário;

XIII - maturidade de processos: ponto em que os processos são explicitamente definidos, administrados, medidos, controlados e otimizados, cujo nível é obtido pela comparação do estado atual dos processos versus práticas definidas em modelos de maturidade;

XIV - melhoria contínua: abordagem para melhoria de processo organizacional baseada na necessidade de revisão constante das operações para identificar problemas, oportunidades de redução de custos, racionalização e outros fatores que, juntos, permitem a otimização. As atividades de melhoria contínua fornecem entendimento, medição e feedback constante sobre o desempenho do processo para direcionar a melhoria em sua execução;

XV - modelo de processo: representação do funcionamento de um processo existente ou proposto, por meio do produto resultante dos diversos níveis de representação com informações acerca dos objetos e seu ambiente, constituindo insumo para simulações mais completas sobre o comportamento ou o desempenho do processo;

XVI - processo: conjunto de ações e atividades inter-relacionadas, que são executadas para alcançar produto, resultado ou serviço predefinido, de modo a entregar valor ao usuário e à sociedade; e

XVII - repositório de processos: localização central para armazenar informação sobre processos.





24996078



08020.008217/2020-93



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Segurança Pública

### NT-SENSASP Nº 007/2023-1 - GRANADAS POLICIAIS EXPLOSIVAS

Esta Norma Técnica-Sensasp (NT-Sensasp) foi elaborada através do processo preconizado pela Portaria nº 104, de 13 de março de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), com as fases desenvolvidas conforme segue:

ORD.	FASE	AÇÃO	DATA/PERÍODO
1	Planejamento	Prospecção e análise da base normativa existente	MAIO - OUT21
		Elaboração da minuta da NT-Sensasp pela Equipe Técnica CNM - 1ª versão	NOV21 - FEV22
2	Consulta a especialistas e conselhos representativos das instituições de segurança pública	Avaliação da minuta da NT-Sensasp pela Câmara Técnica	FEV/22
		Elaboração da minuta pela Equipe Técnica CNM - 2ª versão	ABR22
3	Audiência Pública	Apresentação e discussão da 2ª versão da minuta de NT-Sensasp em Audiência Pública com os interessados no processo	JUL22
		Elaboração da minuta pela Equipe Técnica CNM - 3ª versão	AGO22
4	Consulta Pública	Disponibilização da 3ª versão da minuta de NT-Sensasp para Consulta Pública	OUT22
		Elaboração da versão final da NT-Sensasp para publicação	DEZ22

Tomaram parte na elaboração deste Projeto:

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS	FUNÇÃO
Fabio Ferreira Real - Pesquisador-Tecnologista do Inmetro Franciele Prete Bento - Capitão PMESP Marcos Antonio Contel Secco - Perito Criminal-MT Alder José Costa de Albuquerque - Capitão PMAC Carlos Faria Junior - Delegado PF Erlington José Barros - Capitão PMPR Felipe Oppenheimer Torres - Capitão PMSC Fernando Augusto de Meirelles Almeida - Major PMRS Franklin Silva Lúcio - Policial Rodoviário Federal Gustavo Henrique Lins Barreto - Capitão PMRN Italo - Cabo PMSE Jardel Otaviano de Freitas - Cabo PMRO Lucas Nickel Verissimo Quirino - Capitão PMESP Mainar Feitosa da Silva Rocha - Subtenente PMDF Murilo Luiz Frigeri - Capitão PMESP Renato Gomes Sá Leitão - Capitão PMAM Vinicius Frabetti - Tenente Coronel PMESP Viroli Rondas - Capitão PMBA Wilner Souto dos Reis Neves - Capitão PMBA	Coordenador de Normalização e Metrologia - CNM/CGMTEC/DSUSP/SENSASP/MJSP Responsável Técnico pelo Projeto - CNM/CGMTEC/DSUSP/SENSASP/MJSP Responsável Técnico pelo Projeto - CNM/CGMTEC/DSUSP/SENSASP/MJSP Integrante Técnico - Representante da Segurança Pública

São instituições integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) vinculadas a esta Norma Técnica:

INTEGRANTES ESTRATÉGICOS	INTEGRANTES OPERACIONAIS
a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por intermédio dos respectivos Poderes Executivos; e os Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social dos três entes federados.	Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Departamento Penitenciário Nacional; Polícias Cíveis; Polícias Militares; Corpos de Bombeiros Militares; Guardas Municipais; Órgãos do Sistema Penitenciário; Institutos Oficiais de Criminalística, Medicina Legal e Identificação; Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp); Secretarias Estaduais de Segurança Pública ou Congêneres; Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec); Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas (Senad); Agentes de trânsito; e Guarda Portuária.

Aqueles que tiverem conhecimento de qualquer direito de patente devem apresentar esta informação em seus comentários, com documentação comprobatória.

Consoante prescrição contida no Art. 9º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), após a entrada em vigor desta Norma Técnica, os órgãos integrantes do Susp vincular-se-ão ao seu teor quanto às aquisições realizadas com recursos da União, conforme Art. 7º da Portaria do MJSP nº 104/2020.

## NORMA TÉCNICA SENASP Nº 007/2023-1 – GRANADAS POLICIAS EXPLOSIVAS

### ÍNDICE

1. Prefácio	p. 2
2. Escopo	p. 2
3. Referências normativas	p. 2
3.1. Normas basilares	p. 2
3.2. Normas complementares	p. 3
3.3. Normas de referência	p. 3
4. Termos e definições	p. 3
5. Requisitos Técnicos Mínimos	p. 4
5.1. Características gerais obrigatórias	p. 4
5.2. Requisitos adicionais optativos	p. 5
6. Ensaios	p. 5
6.1. Pré-requisitos básicos para avaliação da conformidade	p. 5
6.2. Classificação das falhas funcionais	p. 5
6.3. Classificação e Plano de Ensaios	p. 7
6.4. Ensaios por espécie	p. 8
6.4.1. Ensaio de verificação de características gerais e metrologia	p. 8
6.4.2. Ensaio de funcionamento na temperatura ambiente, tempo de retardo, intensidade luminosa e intensidade sonora	p. 8
6.4.3. Ensaio de queda	p. 9
6.4.4. Ensaio de vibração em transporte	p. 11
6.4.5. Ensaio de estanqueidade	p. 11
6.4.6. Ensaio de envelhecimento	p. 12
6.4.7. Ensaio de funcionamento nas condições limite	p. 12
6.4.8. Ensaio de análise de composição química	p. 13
6.4.9. Ensaio de fragmentação	p. 13
7. Procedimento de Avaliação da Conformidade	p. 14
7.1. Processo de certificação	p. 14
7.2. Processo de avaliação da conformidade até a acreditação de organismos	p. 14
8. Disposições Gerais	p. 15

### 1. PREFÁCIO

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJSP), responsável pelo Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública - Pró-Segurança, em consonância com a perspectiva estruturante de suprir as necessidades fundamentais das instituições de segurança pública, no tocante a equipamentos de qualidade que proporcionem condições minimamente necessárias para a execução da atividade policial, e com metodologia de construção coletiva, congregando experiências de profissionais com expertise consagrada na área, de forma a materializar a cooperação e a colaboração dos órgãos e instituições componentes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), adotou a iniciativa de estabelecer normas técnicas para produtos de segurança pública, visando dar a devida atenção e base técnica à legítima demanda pelo estabelecimento de atas, nacionais e internacionais, de registro de preço para locação e/ou aquisição de serviços e produtos de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, todos ancorados por padrões de qualidade definidos e que agreguem substancial performance ao serviço policial.

Pretende-se com tal intento contribuir de forma incisiva para a prestação de um serviço de excelência à população brasileira, fornecendo às instituições de segurança pública meios e parâmetros para sua modernização, através de um planejamento baseado nas etapas de pesquisa, diagnose, estabelecimento de requisitos técnicos, normatização e subsequente certificação dos produtos de acordo com as normas estabelecidas, para garantir a segurança, a qualidade e a confiabilidade dos produtos utilizados pelos profissionais de segurança pública.

A norma técnica visa ao estabelecimento de padrões mínimos de qualidade, segurança, desempenho e eficiência, além de prescrever procedimentos de avaliação da conformidade adequados para o produto normatizado, devendo, após sua publicação, ser referenciada e aplicada em processos de aquisição pública até a devida certificação do item, em conformidade com o Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, com as prerrogativas estabelecidas na Portaria do MJSP nº 104, de 13 de março de 2020.

Nesse sentido, a presente NT-Senasp regulará os requisitos técnicos mínimos, ensaios e procedimentos de avaliação da conformidade das Granadas Policiais de emprego na segurança pública, buscando garantir sua qualidade e segurança quanto ao uso e performance operacional, resultando em economia e eficiência para a Administração Pública.

### 2. ESCOPO

Esta NT-Senasp estabelece os requisitos mínimos de qualidade e desempenho aplicáveis ao fornecimento de Granadas Policiais para a atividade profissional de segurança pública, de forma a garantir a segurança, a qualidade e a confiabilidade desse produto.

### Scope

*This Senasp Technical Standard establishes minimum requirements of quality and performance applied to Police Grenades for employment in professional public security activity, in order to guarantee safety, quality and reliability of these products.*

## 3. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

As normas relacionadas a seguir contém disposições que, ao serem citadas neste texto, constituem prescrições para esta NT-Senasp. As edições indicadas estavam em vigor no momento desta publicação. Como toda norma está sujeita a revisão, recomenda-se àqueles que realizam acordos com base nesta que verifiquem a conveniência de se usarem as edições mais recentes das normas citadas a seguir:

### 3.1. NORMAS BASILARES:

- 3.1.1. Decreto nº 24.602, de 06 de julho de 1934, que dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas - do então Governo Provisório, recepcionado como Lei pela Constituição Federal de 1934, e seu substituto;
- 3.1.2. Decreto nº 10.030/2019, de 30 de setembro de 2019, que dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), e seu substituto;
- 3.1.3. Portaria nº 118 - COLOG, de 04 de outubro de 2019, que dispõe sobre a lista de Produtos Controlados pelo Exército e dá outras providências, e sua substituta;
- 3.1.4. Portaria nº 189-EME, de 18 de agosto de 2020, que aprova as normas regulamentadoras dos Processos de Avaliação de Produtos Controlados pelo Exército (PCE) (EB20-N-04.003) e sua substituta; e
- 3.1.5. Portaria MJSP nº 104/2020, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre o Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública - Pró-Segurança, e sua substituta.

### 3.2. NORMAS COMPLEMENTARES:

- 3.2.1. ABNT NBR ISO/IEC 17067:2015 - Avaliação da conformidade - Fundamentos para certificação de produtos e diretrizes de esquemas para certificação de produtos; e
- 3.2.2. ABNT NBR ISO/IEC 17000:2021 - Avaliação da conformidade - Avaliação da conformidade - Vocabulário e princípios gerais.

### 3.3. NORMAS DE REFERÊNCIA:

- 3.3.1. ABNT NBR IEC 60529:2017 - Grau de proteção providos por invólucros (Códigos IP);
- 3.3.2. ABNT NBR 10151:2020 - Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade - Procedimento;
- 3.3.3. ABNT NBR 16313:2014 - Acústica - Terminologia;
- 3.3.4. NEB/T E-321A - Norma Técnica do Exército Brasileiro – Granadas “Menos-Letais” – Requisitos Gerais – Especificação;
- 3.3.5. NEB/T M-226 - Avaliação Técnica de Espoletas;
- 3.3.6. NEB/T M-251 - Avaliação Técnica de Fogos de Artifício, Pirotécnicos, Artíficos Pirotécnicos e Artefatos Similares;
- 3.3.7. MIL-STD-331D - *Fuzes, ignition safety devices and other related components, environmental and performance tests for;*
- 3.3.8. MIL-STD-1474D - *Noise Limits;*
- 3.3.9. NIJ Standard 0111.00 - *Barrier-Penetrating Tear Gas Munitions;*
- 3.3.10. NIJ Standard 0110.00 - *Hand-Held Aerosol Tear Gas Weapons;*
- 3.3.11. Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 90 - Requisitos para Operações Especiais de Aviação Pública;
- 3.3.12. Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 175 - Transporte de Artigos Perigosos em Aeronaves Civis;
- 3.3.13. Especificação Técnica nº 168/2018 - Granada Lacrimogênea Tríplice (GLT) e Granada Lacrimogênea Tríplice *Hyper* (GLTH);
- 3.3.14. Especificação Técnica nº 169/2018 - Granada Lacrimogênea de Movimentos Aleatórios Tipo "Bailarina" (GLMA);
- 3.3.15. Especificação Técnica nº 170/2018 - Granada Explosiva Outdoor Pimenta (GEOP) e Granada Explosiva *Outdoor* Luz e Som (GEOLS);
- 3.3.16. Especificação Técnica nº 171/2018 - Granada *Indoor* Luz e Som (GILS);
- 3.3.17. Especificação Técnica nº 172/2018 - Granada Multi-impacto Pimenta (GMIP); e
- 3.3.18. Especificação Técnica nº 173/2018 - Granada Treinamento (GT) e Refil para Granada de Treinamento (Ref-GT).

## 4. TERMOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste documento, aplicam-se os seguintes termos e definições:

- 4.1. **Área de segurança:** área externa à zona de atuação informada pelo fabricante com a finalidade de garantir a segurança do(s) indivíduo(s) quando da explosão/deflagração da Granada Policial explosiva.
- 4.2. **Ensaio:** procedimentos para determinação de uma ou mais características de um objeto, de acordo com protocolos estabelecidos, conforme Norma ABNT ISO/IEC 17000.
- 4.3. **Ensaio destrutivo:** aqueles que resultam em potenciais danos ou desgastes de qualquer monta na Granada Policial, podendo alterar suas características físicas, químicas, mecânicas ou dimensionais.
- 4.4. **Ensaio não-destrutivo:** aqueles que não alteram de forma permanente as propriedades físicas, químicas, mecânicas ou dimensionais da Granada Policial, sendo que a execução destes implica em danos ou desgastes mínimos, imperceptíveis e/ou nulos na amostra.
- 4.5. **Estilhaço:** é considerado toda e qualquer parte/fragmento da Granada Policial explosiva, exceto a alça do conjunto iniciador.
- 4.6. **Falha funcional:** é uma não execução correta do(s) mecanismo(s) de funcionamento da Granada Policial para qual foi projetada.

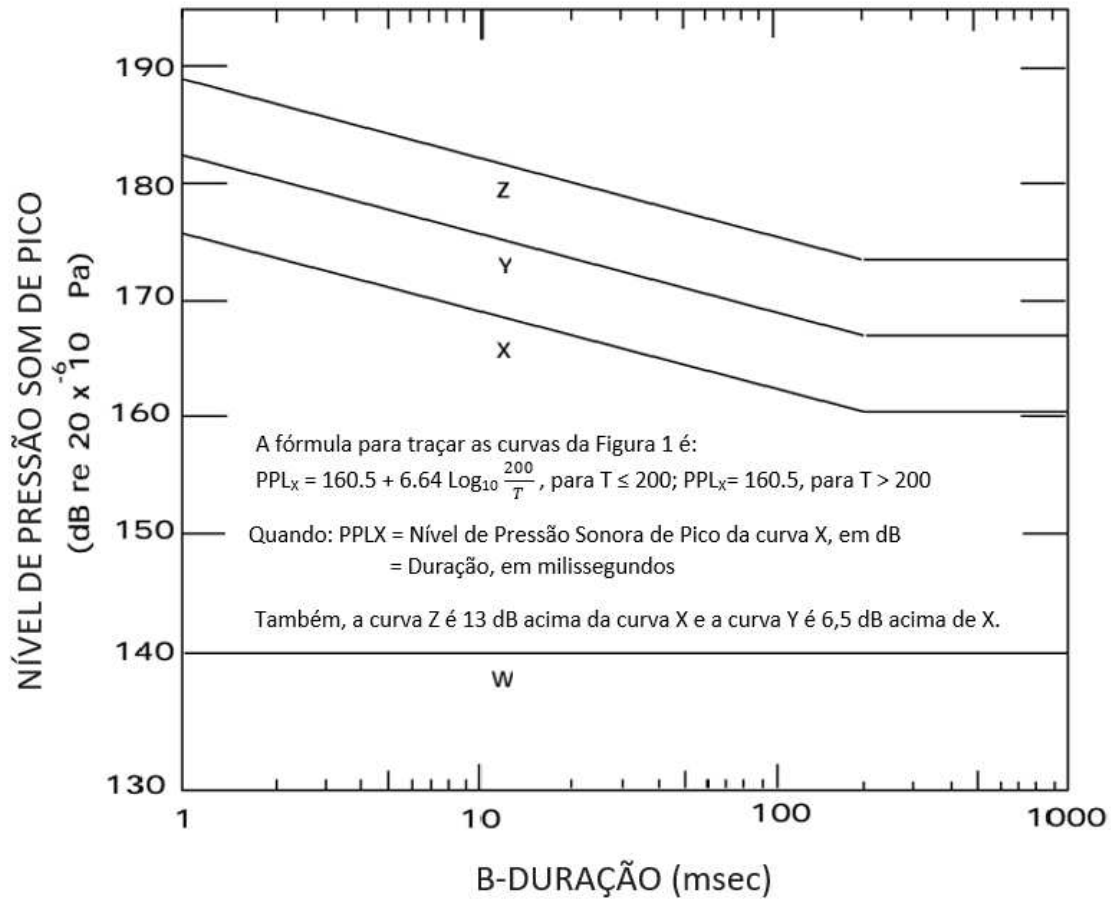
- 4.7. **Flash:** facho luminoso com clarão breve e intenso produzido pela combustão da mistura química específica durante a explosão/deflagração.
- 4.8. **Granada Policial:** munição utilizada quando do uso diferenciado da força, em missões de segurança pública e restauração da ordem pública, que causa impacto psicológico, fisiológico e despersuasão no(s) indivíduo(s).
- 4.9. **Granada Policial Explosiva:** munição utilizada quando do uso diferenciado da força, em missões de segurança pública e restauração da ordem pública, causando impacto psicológico e despersuasão, no(s) indivíduo(s) podendo ela ter ou não efeito de fragmentação.
- 4.10. **Iniciação por fase:** sistema de retardo no funcionamento da Granada Policial, que permite que o conjunto iniciador seja projetado/expulso da estrutura principal do corpo da granada antes da efetiva deflagração da carga explosiva principal.
- 4.11. **Lote de fabricação:** conjunto homogêneo de unidades do produto oriundos de uma produção seriada. A homogeneidade é considerada existente somente quando as unidades do lote são produzidas pelo mesmo fabricante, da mesma unidade fabril, utilizando os mesmos processos, segundo os mesmos desenhos, revisões e especificações e com matérias-primas, cada uma, oriundas de um mesmo fabricante.
- 4.12. **Raio de atuação:** distância em metros informada pelo fabricante, do epicentro da explosão/deflagração da Granada Policial explosiva até o limite da área de segurança.
- 4.13. **Retardo:** dispositivo reativo de queima (químico), mecânico, eletroeletrônico ou outra tecnologia que cumpra a função, com tempo pré-determinado, destinado à transmissão de chama para iniciação da carga de abertura e/ou de efeito, proporcionando um tempo de espera, determinado para segurança na utilização.
- 4.14. **Tolerância:** é a faixa de variação aceitável para uma característica de um produto, definida de forma a garantir a qualidade com que ele realiza a função para a qual foi projetado.
- 4.15. **Uso em ambiente fechado:** aplicação de Granadas Policiais em ambientes físicos delimitados e/ou cobertos.
- 4.16. **Uso em ambiente aberto:** aplicação de Granadas Policiais em ambientes físicos abertos.
- 4.17. **Zona de atuação:** área formada do epicentro da explosão/deflagração da Granada Policial explosiva até o limite da área de segurança, através do raio de atuação informado pelo fabricante.

## 5. REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS

### 5.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS OBRIGATÓRIAS

- 5.1.1. A Granada Policial explosiva deve possuir acabamento uniforme, estar limpa e isenta, em qualquer uma de suas partes ou componentes, de rachaduras, deformações, mossas, cantos vivos, rebarbas e/ou sobras de materiais, perfurações não previstas em projeto, sinais de corrosões ou qualquer outro tipo de defeito que comprometa a sua segurança ou o seu emprego.
- 5.1.2. A Granada Policial explosiva deve trazer em seu corpo todas as informações para identificação, e com os dados da fabricação: fabricante, lote, data da fabricação, prazo de validade, tipo e nomenclatura da Granada Policial, tempo de retardo e de emissão (se for o caso), bem como seu raio de atuação e demais informações que o fabricante julgue necessário para caracterização do produto.
- 5.1.3. Toda identificação no corpo da Granada Policial explosiva deve ser de fácil e rápida visualização, de forma indelével que resista à variação de temperatura, à umidade, à abrasão e ao manuseio.
- 5.1.4. A Granada Policial explosiva deve garantir a rastreabilidade, de forma indelével, sendo possível verificar suas características de identificação mesmo após sua explosão/deflagração.
- 5.1.5. A temperatura de armazenamento deve ser indicada pelo fabricante da Granada Policial explosiva e a temperatura de operação deve ser entre -10 °C a 50 °C, sem que sua eficácia e durabilidade sejam comprometidas.
- 5.1.6. Deve possuir sistema de segurança que impossibilite a percussão da espoleta em casos de queda da Granada Policial explosiva.
- 5.1.7. A Granada Policial explosiva deve resistir a quedas de, no mínimo, 1,5 (hum e meio) metro.
- 5.1.8. A validade da Granada Policial explosiva deve ser no mínimo de 5 anos a contar da fabricação do lote.
- 5.1.9. Cada caixa ou cunhete deve conter, no seu interior, uma ficha técnica com todos os dados técnicos, de manuseio e de funcionamento do produto, incluindo o raio de atuação.
- 5.1.10. A Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ) deve constar como anexo do certificado de conformidade.
- 5.1.11. As Granadas Policiais explosivas com efeito do agente químico lacrimogêneo devem utilizar agentes inquietantes de acordo com os itens 7.1.0770 e 7.1.0830, da Portaria nº 118 - COLOG/2019, Anexo I, ou sua substitutiva.
- 5.1.12. A Granada Policial explosiva com efeito de fragmentação do corpo não pode ter projeção de estilhaços após a zona de atuação mencionada pelo fabricante.
- 5.1.13. A Granada Policial explosiva que não tenha fragmentação do seu corpo não pode emitir fragmento de componentes, exceto a alça do conjunto iniciador após sua deflagração.
- 5.1.14. Para a Granada Policial explosiva com a função de emitir intensidade luminosa, deve o fabricante apresentar na especificação técnica do produto qual o valor nominal de tal intensidade luminosa, em unidade lux ou candelas a uma distância de 2 (dois) metros do epicentro da explosão.
- 5.1.15. Para a Granada Policial explosiva com a função de emitir pressão sonora, deve o fabricante apresentar na especificação técnica do produto qual o valor nominal de tal pressão sonora, em unidade decibel (dB), a uma distância de 2 (dois) metros do epicentro da explosão.
- 5.1.16. A Granada Policial explosiva com a função de emitir pressão sonora, deve apresentar uma intensidade sonora dentro dos limites W, X ou Y, sendo o limite superior da faixa Y o limite estabelecido pela normalização internacional *Military Standard* MIL-STD-1474D, conforme a figura abaixo:

Figura 1 - Nível de Pressão Sonora de Pico



Fonte: MIL-STD 1474D - Noise Limits.

5.1.17. O valor nominal do tempo de retardo para Granadas Policiais explosivas deve ser indicado pelo fabricante na especificação técnica do produto.

5.1.18. A formulação das substâncias constituintes das Granadas Policiais explosiva devem estar de acordo com a regulamentação em vigor de produtos controlados pelo órgão regulador, neste caso, o Exército Brasileiro.

## 5.2. REQUISITOS ADICIONAIS OPTATIVOS:

5.2.1. As embalagens de transporte das Granadas Policiais devem ser certificadas conforme o determinado no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 90 e 175, para transporte de artigos perigosos em aeronaves civis.

## 6. ENSAIOS

### 6.1. PRÉ-REQUISITOS BÁSICOS PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

6.1.1. Todos os ensaios previstos devem ser realizados em condições ambientais controladas, devendo ser aplicadas as condições determinadas nos ensaios.

6.1.2. Todos os instrumentos de metrologia devem estar devidamente calibrados, podendo ser exigido certificado de calibração emitido por organismo pertencente à Rede Brasileira de Calibração (RBC/INMETRO) ou de organismos acreditados por órgãos que sejam signatários dos acordos de reconhecimento mútuo em fóruns internacionais disponíveis no sítio [http://www.inmetro.gov.br/credenciamento/reconh\\_inter.asp](http://www.inmetro.gov.br/credenciamento/reconh_inter.asp)

6.1.3. As amostras devem ser submetidas à inspeção de recebimento e fotografadas antes da realização dos ensaios previstos nesta norma, devendo os procedimentos adotados serem constados e anexados nos relatórios de ensaios.

6.1.4. Nos ensaios que envolvam a explosão da Granada Policial, todas as medidas de segurança referentes ao manuseio das granadas devem ser adotadas, inclusive o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva.

6.1.5. Antes do início de cada ensaio o roteiro previsto deverá ser lido para todos os presentes, bem como esclarecidos os procedimentos a serem realizados durante a avaliação da amostra.

6.1.6. Todas as falhas, paradas e ações corretivas realizadas durante os ensaios devem ser registradas.

### 6.2. CLASSIFICAÇÃO DAS FALHAS FUNCIONAIS

6.2.1. Durante a realização dos ensaios, podem ocorrer falhas funcionais (*vide* item 4.6.) provocadas pelo mau funcionamento da Granada Policial explosiva, podendo levar ou não à incidentes com panes ou impedimentos.

6.2.2. As falhas funcionais devem ser avaliadas de acordo com suas consequências e formas de resolução, sendo classificadas como críticas, graves ou leves, conforme abaixo:

6.2.2.1. **Falha funcional crítica** é todo defeito/falha que pode produzir condições perigosas ou inseguras para quem usa ou mantém o produto e/ou que pode impedir o funcionamento ou o desempenho.

6.2.2.2. **Falha funcional grave** é todo defeito/falha que pode resultar em falha ou reduzir substancialmente a utilidade da unidade de produto para o fim a que se destina, mas que não produz condições perigosas ou inseguras para quem usa ou mantém o produto.

6.2.2.3. **Falha funcional leve** é todo defeito/falha que não interfere no seu uso efetivo ou operação.

6.2.3. Falhas funcionais decorrentes de manuseio e tratamento inadequados pelo manipulador não devem ser consideradas na computação da cota de falhas.

6.2.4. Todas as falhas funcionais devem ser registradas em formulário de controle de incidentes e apensadas aos respectivos relatórios de ensaio, sendo o Quadro 2 a quantidade admissível de falhas funcionais na somatória de todos os ensaios.

6.2.5. As falhas funcionais foram divididas em dois quadros com os códigos numéricos e a descrição das falhas funcionais, sendo o Quadro 1 - Classificação das falhas funcionais - Inspeção visual e metrológica e o Quadro 1.1. - Classificação das falhas funcionais - funcionamento, visando facilitar a visualização:

**Quadro 1 - Classificação das falhas funcionais - Inspeção visual e metrológica**

Nº	DESCRIÇÃO DA FALHA FUNCIONAL	CLASSIFICAÇÃO		
		CRÍTICA	GRAVE	LEVE
01	Rachaduras, deformações, mossas, cantos vivos, rebarbas e/ou sobras de materiais, perfurações não previstas em projeto.	X		
02	Descrição do produto na embalagem externa em desacordo com o produto efetivamente embalado.	X		
03	Misturas de Granadas Policiais de modelos diferentes.		X	
04	Descrição da identificação no corpo da Granada Policial explosiva em desacordo com o produto.	X		
05	Impossibilidade de identificação da Granada Policial explosiva.	X		
06	Ausência, incorreção ou ilegibilidade da marcação dos dizeres, logotipo e/ou outros no corpo da Granada Policial explosiva.		X	
07	Marcação parcialmente ilegível.			X
08	Não possuir mecanismo para rastreabilidade após deflagração/explosão da Granada Policial explosiva.			X
09	Ausência da ficha técnica com os dados técnicos, de manuseio e de funcionamento do produto.			X
10	Fora do prazo de validade.		X	
11	Evidência de vazamento da carga interna.	X		
12	Granada Policial explosiva fora da tolerância das medidas lineares.		X	
13	Apresentar deterioração total em suas marcações após condicionamento para os ensaios.		X	
14	Apresentar deterioração parcial em sua marcação após condicionamento para os ensaios.			X

Fonte: CNM/CGMTEC/DSUSP/Senasp/MISP

**Quadro 1.1. - Classificação das falhas funcionais - Funcionamento**

Nº	DESCRIÇÃO DA FALHA FUNCIONAL	CLASSIFICAÇÃO		
		CRÍTICA	GRAVE	LEVE
01	Tempo de retardo fora da tolerância, de acordo com a indicação do fabricante.	X		
02	Nega de funcionamento, com risco de acionamento da granada.	X		
03	Nega de funcionamento, sem risco de acionamento da granada.		X	
04	Explosão da Granada Policial durante a realização dos ensaios.	X		
05	Ausência do efeito luminoso <i>flash</i> . (quando aplicável)	X		
06	Presença do efeito luminoso <i>flash</i> fora da tolerância, de acordo com a indicação do fabricante. (quando aplicável)		X	
07	Ausência do efeito sonoro. (quando aplicável)	X		

08	Presença do efeito sonoro fora da tolerância, de acordo com a indicação do fabricante. (quando aplicável)		X	
09	Ausência do composto lacrimogêneo. (quando aplicável)	X		
10	Presença do composto lacrimogêneo fora da tolerância, de acordo com a indicação do fabricante. (quando aplicável)		X	
11	Projeção de estilhaços fora do raio de atuação.	X		
12	Ausência da ejeção/projeção da base do iniciador da estrutura principal do corpo da granada antes da efetiva explosão/deflagração da carga explosiva principal.	X		
13	Explosão da Granada Policial ao final da queda de 1,5 (hum e meio) metro.	X		
14	Desagregação ou separação indevida das partes componentes da Granada Policial explosiva ao final da queda de 1,5 (hum e meio) metro.	X		
15	Soltar partes ou sofrer qualquer dano estrutural durante condicionamento e/ou acionamento, que comprometam a segurança ou a funcionalidade do produto.	X		
16	Apresentar ruídos indicadores de desagregação ou danos dos seus componentes após condicionamento para os ensaios, que comprometam a segurança ou a funcionalidade do produto.	X		
17	A Granada Policial explosiva não apresentar estanqueidade no ensaio.		X	

Fonte: CNM/CGMTEC/DSUSP/Senasp/MJSP

Quadro 2 - Classificação das falhas funcionais - Quantidade Admissível

TIPO DE FALHA	DESCRIÇÃO DO TIPO DE FALHA	QUANTIDADE ADMISSÍVEL
CRÍTICA	<b>Falha funcional crítica</b> é todo defeito/falha que pode produzir condições perigosas ou inseguras para quem usa ou mantém o produto e/ou que pode impedir o funcionamento ou o desempenho.	0
GRAVE	<b>Falha funcional grave</b> é todo defeito/falha que pode resultar em falha ou reduzir substancialmente a utilidade da unidade de produto para o fim a que se destina, mas que não produz condições perigosas ou inseguras para quem usa ou mantém o produto.	0
LEVE	<b>Falha funcional leve</b> é todo defeito/falha que não interfere no seu uso efetivo ou operação.	2

Fonte: CNM/CGMTEC/DSUSP/Senasp/MJSP

### 6.3. CLASSIFICAÇÃO E PLANO DE ENSAIOS

#### 6.3.1. CLASSIFICAÇÃO

6.3.1.1. Baseada nas normas dispostas no item 3, deste documento, tendo como premissa o cumprimento dos requisitos estabelecidos na regulamentação em vigor, a NT-Senasp disporá de ensaios não-destrutivos e destrutivos, numerados e nominados, conforme Quadro 3.

#### 6.3.2. PLANO DE ENSAIOS

6.3.2.1. Para a realização dos ensaios especificados será necessário, no mínimo, o fornecimento de um quantitativo amostral composto por um total 32 (trinta e duas) unidades de amostras, distribuídas conforme plano de ensaio a seguir.

6.3.2.2. O plano previsto nesta NT-Senasp contempla 09 (nove) ensaios, estando a letra "E" representando a designação "Ensaio" seguida do número de ordem de realização, conforme legenda abaixo:

Quadro 3 - Código, legenda e classificação dos ensaios

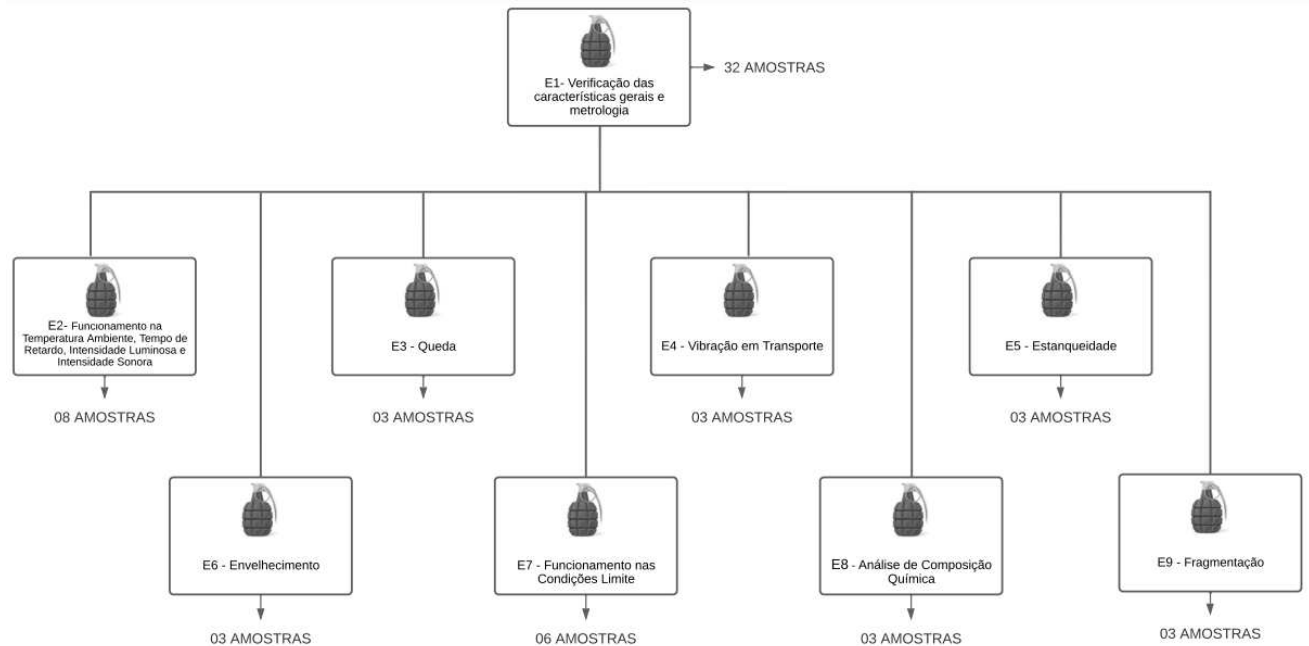
CÓDIGO	LEGENDA	IDENTIFICAÇÃO DO ENSAIO	CLASSIFICAÇÃO
E1	Ensaio 1	Verificação das características gerais e metrologia	Não-destrutivo
E2	Ensaio 2	Funcionamento na temperatura ambiente, tempo de retardo, intensidade luminosa e intensidade sonora	Destrutivo
E3	Ensaio 3	Queda	Destrutivo
E4	Ensaio 4	Vibração em transporte	Destrutivo
E5	Ensaio 5	Estanqueidade	Destrutivo
E6	Ensaio 6	Envelhecimento	Destrutivo
E7	Ensaio 7	Funcionamento nas condições limite	Destrutivo
E8	Ensaio 8	Análise de composição química	Destrutivo
E9	Ensaio 9	Fragmentação	Destrutivo

Fonte: CNM/CGMTEC/DSUSP/Senasp/MJSP

6.3.2.3. A distribuição das amostras será realizada visando a maior economicidade, fidedignidade e razoabilidade dos ensaios planejados, conforme o plano de ensaios abaixo:



Figura 2 - Plano de ensaios



Fonte: CNM/CGMTEC/DSUSP/Senasp/MJSP

6.3.2.4. O protocolo de ensaios inicia-se com a aplicação do ensaio E1 (verificação das características gerais de metrologia), utilizando-se para tanto todas as 32 (trinta e duas) amostras apresentadas pelo fabricante.

6.3.2.5. As amostras oriundas do E1 devem ser divididas para os demais ensaios, sendo 08 (oito) amostras para o ensaio E2, 03 (três) amostras para o ensaio E3, 03 (três) amostras para o ensaio E4, 03 (três) amostras para o ensaio E5, 03 (três) amostras para o ensaio E6, 06 (seis) amostras para o ensaio E7, 03 (três) amostras para o ensaio E8 e 03 (três) amostras para o ensaio E9.

6.3.2.6. Salienta-se que as amostras somente são consideradas APROVADAS se atenderem a todos os requisitos dos ensaios obrigatórios contidos nesta norma, não sendo possível a reivindicação de aprovação parcial.

#### 6.4. ENSAIOS POR ESPÉCIE

##### 6.4.1. Ensaio de Verificação de Características Gerais e Metrologia.

6.4.1.1. Objetivo: verificar a adequação dos exemplares em análise aos parâmetros técnicos mínimos e análise das especificidades do modelo.

6.4.1.2. Amostra: composta pelo total de 32 (trinta e duas) unidades.

##### 6.4.1.3. Roteiro:

I - CUIDADO - equipamento com carga explosiva - recomenda-se profissionais devidamente instruídos para o manuseio desses equipamentos.

II - Esse ensaio deve ser executado a uma temperatura ambiente de  $25 \pm 5$  °C.

III - A amostra deve ser submetida a inspeção visual, verificando-se a existência correta das inscrições exigidas nas características gerais obrigatórias, verificando-se visualmente o material constitutivo e acabamento externo, certificando-se que não exista rachaduras, deformações, mossas, cantos vivos, rebarbas e/ou sobras de materiais, perfurações não previstas em projeto, sinais de corrosão ou qualquer outro tipo de defeito que evidenciem falta de qualidade no processo fabril, verificando-se visualmente o conjunto da amostra na busca de componente faltante.

IV - A amostra deve ser verificada metrologicamente: massa total, comprimento ou diâmetro.

##### 6.4.1.4. Critérios de aceitação:

I - Se ocorrerem falhas graves ou críticas durante o ensaio, este deve ser interrompido e a amostra será considerada reprovada.

II - Presença integral dos requisitos técnicos mínimos observáveis nesta norma técnica de acordo com o item 5.

III - Se houver o acionamento involuntário da amostra durante o manuseio, não será autorizado o prosseguimento para o ensaio de funcionamento na temperatura ambiente, sendo considerada reprovada a amostra.

IV - A amostra deve apresentar uma tolerância de  $\pm 3\%$  do valor apresentado pelo fabricante, no que concerne à massa total ou qualquer medida averiguada neste ensaio.

##### 6.4.2. Ensaio Funcionamento na Temperatura Ambiente, Tempo de Retardo, Intensidade Luminosa e Intensidade Sonora.

6.4.2.1. Objetivo: verificar a performance em temperatura ambiente, verificar tempo de retardo, bem como verificar a intensidade luminosa e sonora emitida pela Granada Policial explosiva.

6.4.2.2. Amostra: composta pelo total de 08 (oito) unidades oriundas do ensaio de verificação de características gerais e metrologia.

##### 6.4.2.3. Roteiro:

- I - CUIDADO - equipamento com carga explosiva - recomenda-se profissionais devidamente instruídos para o manuseio desses equipamentos.
- II - Condicionar as amostras na temperatura de  $25 \pm 5$  °C, por pelo menos 6h.
- III - Os sensores de pressão sonora e os luxímetros contemplados na preparação do ambiente para a execução do ensaio devem estar posicionado a uma distância de 2 (dois) metros do epicentro da explosão da Granada Policial explosiva, não devendo haver sobreposição dos equipamentos.
- IV - Deve-se ainda posicionar a uma distância de 7,5 (sete e meio) metros do epicentro da detonação da Granada Policial explosiva, de forma equidistante dos sensores de pressão sonora e do(s) luxímetro(s), câmeras ultra rápidas de alta resolução e foco com velocidade sugerida mínima de 1.000 (hum mil) fps, sendo possível a determinação da intensidade do *flash* (quando houver a necessidade) e a duração do retardo, devendo iniciar a gravação imediatamente antes da explosão.
- V - Cronometrar a duração do retardo, do início da ignição até a explosão/deflagração da Granada Policial explosiva.
- VI - Efetuar o acionamento da Granada Policial explosiva.
- VII - Todo procedimento anterior não pode ultrapassar 15 (quinze) minutos após a retirada da amostra do condicionamento térmico.

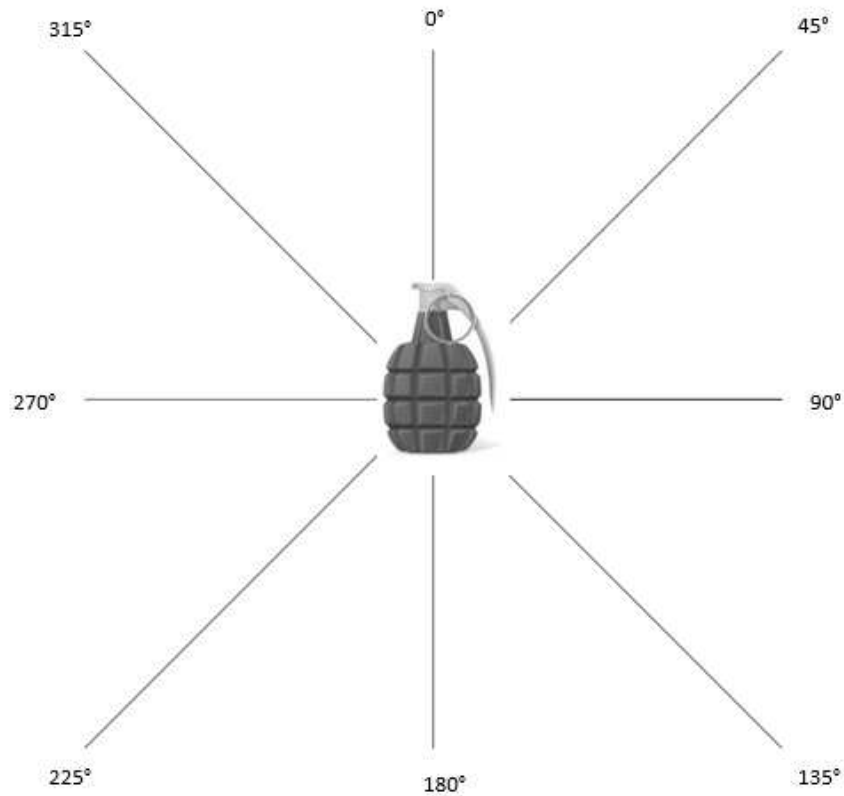
#### 6.4.2.4. Critérios de aceitação:

- I - Se ocorrerem falhas graves ou críticas durante o ensaio, este deve ser interrompido e a amostra será considerada reprovada.
- II - Presença integral dos requisitos técnicos mínimos observáveis nesta norma técnica de acordo com o item 5.
- III - A Granada Policial explosiva deve ejetar a base do iniciador da estrutura principal do corpo da granada antes da efetiva explosão/deflagração da carga explosiva principal (quando aplicável).
- IV - A Granada Policial explosiva é considerada conforme, se o valor obtido de intensidade sonora estiver de acordo com o valor nominal determinado pelo fabricante, considerando as tolerâncias definidas por este, devendo constar essa informação no Certificado de Conformidade do produto.
- V - A Granada Policial explosiva é considerada conforme, se o valor obtido de intensidade luminosa estiver de acordo com o valor nominal determinado pelo fabricante, considerando as tolerâncias definidas por este, devendo constar essa informação no Certificado de Conformidade do produto.
- VI - O tempo de retardo da Granada Policial explosiva deve apresentar uma tolerância de  $\pm 0,5$  (meio) segundo do valor apresentado pelo fabricante.

#### 6.4.3. Ensaio de Queda

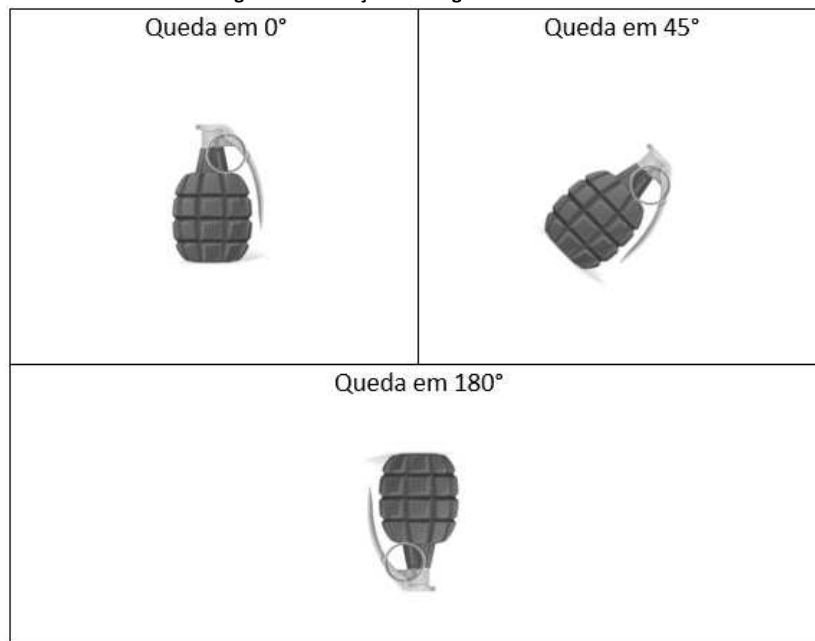
- 6.4.3.1. Objetivo: o ensaio deve comprovar a segurança da Granada Policial explosiva em caso de queda livre, bem como resistência constitutiva para subsequente uso operacional.
- 6.4.3.2. Amostra: composta pelo total de 03 (três) unidades oriundas do ensaio de verificação de características gerais e metrologia.
- 6.4.3.3. Roteiro:
  - I - CUIDADO - equipamento com carga explosiva - recomenda-se profissionais devidamente instruídos para o manuseio desses equipamentos.
  - II - Condicionar as amostras na temperatura de  $25 \pm 5$  °C, por pelo menos 6h.
  - III - As amostras devem estar em condições de funcionamento.
  - IV - Dever ser utilizado trilho com atrito desprezível para simular queda livre, com dispositivo que garanta a aferição dos ângulos de queda de 0°, 45° e 180°, considerando o lado da alça do conjunto iniciador para a direta quando na posição 0°, devendo observar os pontos de impacto, conforme ilustrações abaixo:

Figura 3 - Ilustração da Granada Policial e os ângulos



Fonte: CNM/CGMTEC/DSUSP/Senasp/MJSP

**Figura 4 - Ilustração dos ângulos de incidência**



Fonte: CNM/CGMTEC/DSUSP/Senasp/MJSP

- V - Cada uma das faces de impacto da Granada Policial explosiva deve ser avaliada a uma altura de 1,5 (hum e meio) metro, diretamente sobre um piso de concreto.
- VI - A queda deve ser sem influência de forças externas, de forma livre.
- VII - Cada amostra deve sofrer três quedas, uma queda em cada face de incidência que foram ilustradas na Figura 4.
- VIII - Os resultados dos ensaios de queda e a avaliação decorrente devem ser documentados e serem registradas as condições de aptidão para utilização após os respectivos ensaios de queda.
- IX - As amostras submetidas ao ensaio de queda devem ser submetidas ao roteiro 6.4.2.3. a partir do item III.
- 6.4.3.4. Critérios de aceitação**
- I - Se ocorrerem falhas graves ou críticas durante o ensaio, este deve ser interrompido, a amostra será considerada reprovada e o lote rejeitado.
- II - Após o ensaio, inspecionar as amostras visual e manualmente com vistas à detecção de comprometimentos da integridade física, inclusive, ser agitada manualmente, a fim de detectar ruídos indicadores de desagregação ou danos dos seus componentes.
- III - Presença integral dos requisitos técnicos mínimos observáveis nesta norma técnica de acordo com o item 5.

- IV - Não será considerado falha funcional se a Granada Policial explosiva sofrer avarias em sua marcação externa ocasionada pela queda.
- V - A Granada Policial explosiva é considerada conforme, se o valor obtido de intensidade sonora estiver de acordo com o valor nominal determinado pelo fabricante, considerando as tolerâncias definidas por este, devendo constar essa informação no Certificado de Conformidade do produto.
- VI - A Granada Policial explosiva é considerada conforme, se o valor obtido de intensidade luminosa estiver de acordo com o valor nominal determinado pelo fabricante, considerando as tolerâncias definidas por este, devendo constar essa informação no Certificado de Conformidade do produto.
- VII - O tempo de retardo da amostra deve apresentar uma tolerância de  $\pm 0,5$  (meio) segundo do valor apresentado pelo fabricante.

#### 6.4.4. Ensaio de Vibração em Transporte

- 6.4.4.1. Objetivo: ensaio propõe revelar falhas na produção que apenas se tornariam aparentes durante o transporte.
- 6.4.4.2. Amostra: composta pelo total de 03 (três) unidades oriundas do ensaio de verificação de características gerais e metrologia.
- 6.4.4.3. **Roteiro:**
  - I - CUIDADO - equipamento com carga explosiva - recomenda-se profissionais devidamente instruídos para o manuseio desses equipamentos.
  - II - Condicionar as amostras na temperatura de  $25 \pm 5$  °C, por pelo menos 6h.
  - III - Submeter a amostra ao ensaio de vibração a uma frequência de 50 Hz e a uma amplitude de  $0,762 \pm 0,050$  mm, durante o tempo de exposição de 50 min em cada posição abaixo descritas:
    - a) eixo longitudinal na vertical e acionador voltado para cima.
    - b) eixo longitudinal na horizontal.
    - c) eixo longitudinal na vertical e acionador voltado para baixo.
  - IV - As amostras submetidas ao ensaio de vibração em transporte devem ser submetidas ao roteiro 6.4.2.3. a partir do item III.

#### 6.4.4.4. Critérios de aceitação

- I - Se ocorrerem falhas graves ou críticas durante o ensaio, este deve ser interrompido e a amostra será considerada reprovada.
- II - Após o ensaio, inspecionar as amostras visual e manualmente com vistas à detecção de comprometimentos da integridade física, inclusive, ser agitada manualmente, a fim de detectar ruídos indicadores de desagregação ou danos dos seus componentes.
- III - Não será considerado falha funcional se a Granada Policial explosiva sofrer avarias em sua marcação externa ocasionada pela vibração.
- IV - A Granada Policial explosiva é considerada conforme, se o valor obtido de intensidade sonora estiver de acordo com o valor nominal determinado pelo fabricante, considerando as tolerâncias definidas por este, devendo constar essa informação no Certificado de Conformidade do produto.
- V - A Granada Policial explosiva é considerada conforme, se o valor obtido de intensidade luminosa estiver de acordo com o valor nominal determinado pelo fabricante, considerando as tolerâncias definidas por este, devendo constar essa informação no Certificado de Conformidade do produto.
- VI - O tempo de retardo da amostra deve apresentar uma tolerância de  $\pm 0,5$  segundo do valor apresentado pelo fabricante.

#### 6.4.5. Ensaio de Estanqueidade

- 6.4.5.1. Objetivo: a Granada Policial explosiva deve apresentar estanqueidade tal que resista à imersão em água sem comprometimento ao seu funcionamento.
- 6.4.5.2. Amostra: composta pelo total de 03 (três) unidades oriundas do ensaio de verificação de características gerais e metrologia.
- 6.4.5.3. **Roteiro:**
  - I - CUIDADO - equipamento com carga explosiva - recomenda-se profissionais devidamente instruídos para o manuseio desses equipamentos.
  - II - Esse ensaio deve ser executado a uma temperatura ambiente de  $25 \pm 5$  °C.
  - III - Imergir em água desmineralizada à temperatura de 25 °C, com tolerância de +5 °C, todas a amostras destinadas ao ensaio.
  - IV - As amostras devem ser posicionadas na vertical, sem que haja o empilhamento delas (devem ser dispostas paralelamente), com as espoletas voltadas para cima e, com uma coluna d'água a partir da base, sobre as mesmas de 1,00 m (hum metro)  $\pm 0,01$  m (dez centímetro), durante um período de 30 (trinta) minutos.
  - V - As amostras submetidas ao ensaio de estanqueidade, devem ser submetidas ao roteiro 6.4.2.3. a partir do item III.

#### 6.4.5.4. Critérios de aceitação:

- I - Se ocorrerem falhas graves ou críticas durante os ensaios, o ensaio deverá ser interrompido e a amostra será considerada reprovada.
- II - A amostra não pode sofrer qualquer tipo de infiltração de água durante o ensaio.
- III - Após o ensaio, inspecionar as amostras visual e manualmente com vistas à detecção de comprometimentos da integridade física, inclusive, ser agitada manualmente, a fim de detectar ruídos indicadores de desagregação ou danos dos seus componentes.

IV - A Granada Policial explosiva é considerada conforme, se o valor obtido de intensidade sonora estiver de acordo com o valor nominal determinado pelo fabricante, considerando as tolerâncias definidas por este, devendo constar essa informação no Certificado de Conformidade do produto.

V - A Granada Policial explosiva é considerada conforme, se o valor obtido de intensidade luminosa estiver de acordo com o valor nominal determinado pelo fabricante, considerando as tolerâncias definidas por este, devendo constar essa informação no Certificado de Conformidade do produto.

VI - O tempo de retardo da amostra deve apresentar uma tolerância de  $\pm 0,5$  (meio) segundo do valor apresentado pelo fabricante.

#### 6.4.6. Ensaio de Envelhecimento

6.4.6.1. **Objetivo:** este ensaio buscará investigar o nível de resistência e desempenho após o envelhecimento da Granada Policial explosiva.

6.4.6.2. **Amostra:** composta pelo total de 03 (três) unidades oriundas do ensaio de verificação de características gerais e metrologia.

##### 6.4.6.3. Roteiro:

I - CUIDADO - equipamento com carga explosiva - recomenda-se profissionais devidamente instruídos para o manuseio desses equipamentos.

II - Colocar as amostras dentro de suas embalagens (caixetas, caixas ou cunhetes) e submetê-las ao ciclo térmico apresentado no Quadro 4, mantendo a umidade relativa do ar em  $70 \pm 5\%$ .

III - O tempo total do ensaio é de 72 horas, o quadro abaixo descreve o tempo de exposição em cada temperatura, com a tolerância de  $\pm 2$  °C.

**Quadro 4 - Ciclo Térmico de Envelhecimento**

DURAÇÃO (h)	TEMPERATURA (°C)
3,5	0
5,0	+50
15,5	0
3,5	+50
5,0	0
15,5	+50
24,0	+20
Total de 72 horas	

Fonte: NEB/T E-321 A

IV - As amostras submetidas ao ensaio de envelhecimento devem ser submetidas ao roteiro 6.4.2.3. a partir do item III.

##### 6.4.6.4. Critérios de aceitação:

I - Se ocorrerem falhas graves ou críticas durante o ensaio, este deve ser interrompido e a amostra será considerada reprovada.

II - Após o ensaio, inspecionar as amostras visual e manualmente com vistas à detecção de comprometimentos da integridade física, inclusive, ser agitada manualmente, a fim de detectar ruídos indicadores de desagregação ou danos dos seus componentes.

III - A Granada Policial explosiva é considerada conforme, se o valor obtido de intensidade sonora estiver de acordo com o valor nominal determinado pelo fabricante, considerando as tolerâncias definidas por este, devendo constar essa informação no Certificado de Conformidade do produto.

IV - A Granada Policial explosiva é considerada conforme, se o valor obtido de intensidade luminosa estiver de acordo com o valor nominal determinado pelo fabricante, considerando as tolerâncias definidas por este, devendo constar essa informação no Certificado de Conformidade do produto.

V - O tempo de retardo da Granada Policial explosiva deve apresentar uma tolerância de  $\pm 0,5$  (meio) segundo do valor apresentado pelo fabricante.

#### 6.4.7. Ensaio de Funcionamento nas Condições Limite

6.4.7.1. **Objetivo:** verificar o comportamento da Granada Policial explosiva em temperaturas extremas.

6.4.7.2. **Amostra:** composta pelo total de 06 (seis) unidades oriundas do ensaio de verificação de características gerais e metrologia.

##### 6.4.7.3. Roteiro:

I - CUIDADO - equipamento com carga explosiva - recomenda-se profissionais devidamente instruídos para o manuseio desses equipamentos.

II - Climatizar metade das amostras à temperatura de  $-10 \pm 2$  °C e a outra metade à  $50 \pm 2$  °C, por pelo menos 6h.

III - As amostras submetidas ao ensaio de funcionamento nas condições limite devem ser submetidas ao roteiro 6.4.2.3. a partir do item III.

##### 6.4.7.4. Critérios de aceitação:

I - Se ocorrerem falhas graves ou críticas durante o ensaio, este deve ser interrompido e a amostra será considerada reprovada.

II - A amostra não deve apresentar deterioração dela ou de sua marcação.

- III - Após o ensaio, inspecionar as amostras visual e manualmente com vistas à detecção de comprometimentos da integridade física, inclusive, ser agitada manualmente, a fim de detectar ruídos indicadores de desagregação ou danos dos seus componentes.
- IV - A Granada Policial explosiva é considerada conforme, se o valor obtido de intensidade sonora estiver de acordo com o valor nominal determinado pelo fabricante, considerando as tolerâncias definidas por este, devendo constar essa informação no Certificado de Conformidade do produto.
- V - A Granada Policial explosiva é considerada conforme, se o valor obtido de intensidade luminosa estiver de acordo com o valor nominal determinado pelo fabricante, considerando as tolerâncias definidas por este, devendo constar essa informação no Certificado de Conformidade do produto.
- VI - O tempo de retardo da Granada Policial explosiva deve apresentar uma tolerância de  $\pm 0,5$  (meio) segundo do valor apresentado pelo fabricante.

#### 6.4.8. Ensaio de Análise de Composição Química

- 6.4.8.1. Objetivo: além da determinação do item 5.6.3. da NEB/T E-321A, verificar a qualidade e a concentração do agente inquietante nas Granadas Policiais, de acordo com a especificação do fabricante.
- 6.4.8.2. Amostra: composta pelo total de 03 (três) unidades oriundas do ensaio de verificação de características gerais e metrologia.
- 6.4.8.3. **Roteiro:**
- I - CUIDADO - equipamento com carga explosiva - recomenda-se profissionais devidamente instruídos para o manuseio desses equipamentos.
- II - Os fabricantes de Granadas Policiais exclusivas e classificadas como luz e som (*flash bang*) devem apresentar documentos que comprovem que os agentes químicos utilizados na fabricação da Granada Policial explosiva estão em conformidade com as especificações do produto, devendo a determinação dos compostos ser por meio de técnicas espectrométricas ou por cromatografia, conforme previsto no item 5.2. da NEB/T E-321A M1.
- III - As Granadas Policiais explosivas com agentes químicos lacrimogêneos devem seguir o item II supra, acrescentando a análise do agente lacrimogêneo e, na impossibilidade de desmontagem da Granada Policial explosiva com agentes químicos lacrimogêneos devido a questões de segurança, deve-se coletar as amostras dos materiais que compõem a referida granada para análise físico-química a ser realizada em laboratório, além de avaliar a rastreabilidade e controle do quantitativo empregado em cada Granada no sistema de gestão do fabricante.
- 6.4.8.4. **CrITÉrios de aceitação:**
- I - Os agentes químicos utilizados na fabricação da Granada Policial explosiva e o agente inquietante devem estar em conformidade com as especificações do produto.
- II - Deve ser admitida a tolerância indicada pelo fabricante, no que concerne a concentração do agentes químicos lacrimogêneos, após a condicionamento da amostra e realização do ensaio, devendo essa informação constar no Certificado de Conformidade do produto.

#### 6.4.9. Ensaio de Fragmentação

- 6.4.9.1. Objetivo: verificar a fragmentação da amostra após explosão/deflagração.
- 6.4.9.2. Amostra: composta pelo total de 03 (três) unidades oriundas do ensaio de verificação de características gerais e metrologia.
- 6.4.9.3. **Roteiro para granadas policiais explosivas de não fragmentação:**
- I - CUIDADO - equipamento com carga explosiva - recomenda-se profissionais devidamente instruídos para o manuseio desses equipamentos.
- II - Condicionar as amostras na temperatura de  $25 \pm 5$  °C, por pelo menos 6h.
- III - Como preparação do ambiente para executar o ensaio, a Granada Policial explosiva deve estar posicionada a 1,20 m (hum metro e vinte) do solo na posição vertical, a uma distância de 1,80 m (um metro e oitenta) do epicentro da explosão/deflagração da Granada Policial, formando uma semicircunferência 180° (cento e oitenta graus), devendo haver um anteparo como painel testemunha para detectar fragmentos produzidos.
- IV - Do lado oposto ao painel testemunha, câmeras ultra rápidas de alta resolução e foco com velocidade sugerida de, no mínimo, 1.000 (hum mil) fps devem estar posicionadas a uma distância de 10 (dez) metros do epicentro da explosão/deflagração da amostra.
- V - Efetuar o acionamento da Granada Policial explosiva.
- VI - Todo procedimento anterior não pode ultrapassar 15 (quinze) minutos após a retirada da amostra do Condicionamento térmico.
- 6.4.9.4. **Roteiro para granadas policiais explosivas de fragmentação:**
- I - CUIDADO - equipamento com carga explosiva - recomenda-se profissionais devidamente instruídos para o manuseio desses equipamentos.
- II - Condicionar as amostras na temperatura de  $25 \pm 5$  °C, por pelo menos 6h.
- III - O ambiente de execução do ensaio deve estar preparado de acordo com o raio de atuação (em metros) da Granada Policial explosiva de fragmentação especificado pelo fabricante.
- IV - Deve ser delimitada a zona de atuação e serem posicionadas na área de segurança câmeras ultra rápidas de alta resolução e foco com velocidade sugerida de, no mínimo, 1.000 (hum mil) fps.
- V - Efetuar o acionamento da Granada Policial explosiva.

VI - Todo procedimento anterior não pode ultrapassar 15 (quinze) minutos após a retirada da amostra do Condicionamento térmico.

#### 6.4.9.5. Critérios de aceitação:

- I - As Granadas Policiais explosivas de fragmentação não devem ter projeção de fragmentos fora da zona de atuação.
- II - As Granadas Policiais explosivas de não fragmentação não devem emitir fragmentos, exceto a alça do conjunto iniciador, após sua deflagração.

## 7. PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

### 7.1. PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

7.1.1. O processo de certificação deve ser executado por Organismos de Certificação de Produto (OCP) designados, com execução dos ensaios por laboratórios designados, sendo ambos acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) no escopo desta norma ou em normas similares, ou ainda por organismos e laboratórios acreditados por órgãos que sejam signatários dos acordos de reconhecimento mútuo em fóruns internacionais disponíveis no sítio [http://www.inmetro.gov.br/credenciamento/reconh\\_inter.asp](http://www.inmetro.gov.br/credenciamento/reconh_inter.asp)

7.1.2. Cabe ao OCP avaliar a aceitação e/ou complementação de relatórios de ensaios executados com base em outras normas similares para Granadas Policiais de emprego na segurança pública, desde que a metodologia, os requisitos e o roteiro dos ensaios sejam equivalentes aos normatizados na NT-Senasp, sendo respeitados os critérios de aceitação estabelecidos neste documento.

7.1.3. A critério do OCP será admitida a hipótese de aproveitamento de relatórios de ensaios em propósitos comuns oriundos de modelos de diferentes dimensões do mesmo fabricante, respeitando-se a manutenção de mesmo material constitutivo e idênticos sistemas de funcionamento e segurança. No caso de evolução de projeto devidamente certificado, o OCP verificará a viabilidade de serem realizados apenas os ensaios para aferição das mudanças implementadas.

7.1.4. Para certificação das Granadas Policiais normatizadas devem ser adotados alternativa e complementarmente um dos seguintes procedimentos:

- **Procedimento 1:** aplicação do esquema 1a (ensaio de tipo) a cada modelo de Granada Policial apresentada para avaliação da conformidade pelo fabricante, devendo ser cumpridas todas as prescrições desta Norma Técnica, atendidas as especificações da norma ABNT NBR ISO/IEC 17067:2015, oportunidade em que será certificado o modelo da Granada Policial submetida a certificação.
- **Procedimento 2:** aplicação do esquema 1b (ensaio de lote) por ocasião de cada processo de aquisição do modelo submetido ao esquema anterior (Procedimento 1), com o tamanho da amostra a ser submetida especificada no certame (desejavelmente com significância estatística entre 0,3% a 1% do tamanho do lote), tendo como parâmetro mínimo o total de Granada Policial especificada no plano de ensaios nesta norma 32 (trinta e duas) amostras, devendo este procedimento ser realizado de acordo com todas as prescrições desta NT-Senasp, atendidas as especificações da norma ABNT NBR ISO/IEC 17067:2015, possibilitando complementarmente ao esquema 1a, a certificação do lote de fabricação da Granada Policial.
- **Procedimento 3:** aplicação do esquema 5 de certificação, composto pelo ensaio de tipo a cada modelo da Granada Policial, acrescido da avaliação e aprovação do sistema de gestão da qualidade do fabricante, acompanhamento através de auditorias no fabricante e ensaio em amostras retiradas no comércio (caso se aplique) e no fabricante, conforme esquema especificado na norma ABNT NBR ISO/IEC 17067:2015, com auditorias e ensaios para a manutenção da certificação do modelo a cada 2 (dois) anos, contemplando o tamanho da amostra o total especificado no plano de ensaios desta norma para os ensaios iniciais e os ensaios de manutenção da certificação.

7.1.5. Para a certificação dos produtos ora normatizados, deve ser considerada em conformidade no processo de certificação, a Granada Policial que atenda a todos os requisitos técnicos mínimos e ensaios obrigatórios (não complementares) contidos nesta Norma, não sendo passível a reivindicação de conformidade por fornecedor que atenda apenas a partes selecionadas da norma.

7.1.6. O certificado de conformidade da Granada Policial obrigatoriamente deve conter em anexo o(s) seu(s) relatório(s) de ensaios completo(s) com os conceitos ("APROVAÇÃO COM RESSALVAS" ou "APROVAÇÃO SEM RESSALVAS"), desempenho, número de falhas e outras observações pertinentes.

7.1.7. Será possível o exercício do direito de contraprova e testemunho.

7.1.8. Os produtos certificados no esquema 1a (ensaio de tipo) ou no esquema 5 devem ser exigidos e serão considerados pré-habilitados na ocasião de certames públicos, atendidas as prescrições do Art. 7º da Portaria MJSP nº 104/2020. No caso de produtos certificados no esquema 1a (ensaio de tipo), será necessária a aplicação do esquema 1b (ensaio de lote) para o recebimento dos lotes em questão.

### 7.2. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE ATÉ A ACREDITAÇÃO DE ORGANISMOS

7.2.1. Em caráter precário, o processo de certificação pode ser executado por OCP devidamente acreditado e designado pela Senasp/MJSP, podendo os ensaios de avaliação da conformidade serem executados em laboratórios acreditados em escopos similares ou não acreditados (detentores de infraestrutura mínima adequada), dentro das respectivas competências, desde que devidamente designados pela Senasp/MJSP.

7.2.2. Os ensaios realizados em laboratórios não acreditados designados devem ser devidamente assistidos e auditados presencialmente pelo OCP.

7.2.3. Até a acreditação de OCP e laboratórios no escopo desta Norma e posterior designação destes pela Senasp/MJSP, nos certames públicos para aquisição de Granadas Policiais de emprego na segurança pública, deve ser aplicado o Procedimento 1 (item 7.1.4) acima descrito. Todavia, considerando os princípios de economicidade, proporcionalidade e razoabilidade, devem ser observadas as seguintes prescrições.

#### 7.2.4. Esquema 1a (ensaios de tipo)

7.2.4.1. Para os ensaios de tipo, realizados como prova de conceito dos produtos durante a licitação, devem ser exigidas certificações válidas e/ou relatórios de ensaios vigentes realizados de acordo com as normas referenciadas no item 3, desta Norma, desde que os ensaios tenham sido realizados em laboratórios acreditados em escopos similares por organismos com reconhecimento mútuo com o Brasil, sendo respeitados, em qualquer dos casos, os critérios de aceitação estabelecidos neste documento.

7.2.4.2. Caso o licitante classificado não detenha no todo ou em parte as certificações ou relatórios acima descritos para os ensaios previstos nesta Norma Técnica, podem alternativamente serem executados pela empresa, no mínimo, os ensaios de verificação de características gerais e metrologia, funcionamento na temperatura ambiente - tempo de retardo - intensidade luminosa e intensidade sonora, queda, vibração em transporte, estanqueidade, envelhecimento, funcionamento nas condições limite, análise de composição química e fragmentação, atendidos o plano de ensaios desta Norma. Neste caso, os ensaios deverão ser executados sob acompanhamento e fiscalização de representantes da equipe de planejamento da contratação, que se responsabilizará pela confecção dos relatórios de ensaios decorrentes, podendo haver, mediante solicitação, o acompanhamento dos ensaios em caráter orientativo por representantes da Coordenação de Normalização e Metrologia da Senasp/MJSP. Para os demais ensaios previstos nesta Norma poderão ser exigidas, de forma complementar, as certificações e/ou relatórios de ensaios descritos conforme item anterior.

#### 7.2.5. Esquema 1b (ensaios de lote)

7.2.5.1. Para os ensaios de lote realizados no recebimento das unidades adquiridas como forma de verificação da qualidade do produto e confiabilidade fabril, devem ser realizados os roteiros e planos de ensaios previsto nesta Norma Técnica apenas para aquisições superiores a 1.000 (mil) unidades do produto.

7.2.5.2. Para aquisições inferiores a 1.000 (mil) unidades, devem ser realizados os ensaios de verificação de características gerais e metrologia com 21 (vinte e uma) amostras, executando-se em seguida os ensaios de funcionamento na temperatura ambiente - tempo de retardo - intensidade luminosa e intensidade sonora com 3 (três) amostras, o ensaio de Queda com 3 (três) amostras, o ensaio de vibração em transporte com 3 (três) amostras, o ensaio de estanqueidade com 3 (três) amostras, o ensaio de funcionamento nas condições limite com 4 (quatro) amostras, o ensaio de análise de composição química com 2 (duas) amostras, o ensaio de fragmentação com 3 (três) amostras.

7.2.5.3. Ainda em caráter transitório e excepcional, nas aquisições compreendidas até 100 (cem) unidades de Granadas Policiais de emprego na segurança pública realizadas com recursos da União, em que a realização dos ensaios como previstos torna excessivamente onerosa a compra, fica facultada às instituições interessadas a exigência de certificações durante o certame para validação do Esquema 1a (ensaio de tipo). Neste caso, para o Esquema 1b (ensaio de lote), devem ser realizados os ensaios de verificação de características gerais e metrologia com 3 (três) amostras, executando-se em seguida os ensaios de funcionamento na temperatura ambiente - tempo de retardo - intensidade luminosa e intensidade sonora com 1 (uma) amostra, o ensaio de análise de composição química com 1 (uma) amostra e o ensaio de fragmentação com 1 (uma) amostra.

### 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. As Normas Técnicas Senasp serão atualizadas, no máximo, a cada quatro anos, e contemplarão apenas os requisitos adicionais aos Produtos Controlados pelo Exército - PCE, de interesse da segurança pública, nos termos do § 3º do art. 17 do Decreto nº 10.030/2019.

8.2. A Norma Técnica pode cancelar ou substituir no todo ou em parte edição anterior.

8.3. Consoante a Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública nº 104/2020, para aquisições realizadas com recursos públicos oriundos do Orçamento Geral da União, incluindo os do Fundo Nacional de Segurança Pública, deverão observar as Normas Técnicas Senasp.

8.4. Na hipótese de os recursos orçamentários, para aquisição de equipamentos e serviços de segurança pública, não serem de origem federal, a adoção das NT-Senasp possuirá caráter orientativo e facultativo, conforme Parágrafo único, do Art. 7º, da Portaria supracitada.

8.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp, através da Coordenação de Normalização e Metrologia.

8.6. Esta Norma Técnica entra em vigor na data prevista na publicação em Diário Oficial da União, sendo que as minutas do projeto durante a sua elaboração não possuem valor normativo.

FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR  
Secretário Nacional de Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Tadeu Barbosa de Alencar, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 06/09/2023, às 18:16, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **24996078** e o código CRC **EC5F4FA5**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.